



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 5 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 30 minutos.

No quadro da apreciação conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 2015, procedeu-se à auscultação do Sr. Ministro da Administração Interna, em termos de acções previstas para o seu Ministério. Além dos Srs. Ministros da Administração Interna (Arlindo Ramos) e das Finanças e Administração

Pública (Américo Ramos), entrevistaram os Srs. Deputados Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Maria Das Neves (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Salvador Afonso (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo Mendonça da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Administração Interna, bom dia e obrigado por ter comparecido.

Estamos na fase da discussão na especialidade das propostas do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das Grandes Opções do Plano (GOP), já discutidas e aprovadas na generalidade.

Nesta fase da especialidade, Sr. Ministro, queremos ouvir o que tem para nos dizer acerca das acções previstas nas GOP e no OGE do seu Ministério. Apresente-nos essas acções e faça a defesa das mesmas.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Técnicos, bom dia.

No âmbito daquilo que é o orçamento da Administração Interna, ao nível daquilo que é a criação de condições para que as forças e serviços de segurança tenham uma operacionalidade razoável neste período, programamos para 2015 várias acções, entre as quais a reabilitação das instalações da Polícia, portanto, dos comandos distritais essencialmente, e algumas dessas obras já vêm dos compromissos assumidos pelo governo anterior e torna-se necessário o seu cumprimento.

Em relação às outras questões constantes no orçamento, pretendemos dinamizar a operacionalidade dos polícias e, acima de tudo, tendo em conta a nova filosofia que queremos dar às acções dos polícias, pretendemos criar um paradigma que prime pela polícia de proximidade e essa polícia é feita na base daquilo que são os critérios adoptados ao nível do Estatuto das Forças dos Serviços de Segurança. Portanto, achamos que o orçamento previsto para 2015 responderá essencialmente às questões que são urgentes neste momento, para que as forças dos serviços de segurança sejam mais operacionais.

Estou cá para esclarecer às questões que as Sras. e os Srs. Deputados me colocarem, portanto, no âmbito das funções da 3.ª Comissão Especializada Permanente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está ao nosso dispor para as solicitações e pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo, para uma intervenção.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, bom dia.

Faço uso da palavra para, primeiro, dar os parabéns ao seu Ministério pelo facto de dotar verbas neste orçamento para a reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe. De facto, aqueles agentes sobrevivem em condições desumanas naquele comando, porque essas instalações não são dignas de um comando da polícia.

A minha questão, na sequência daquilo que é a preocupação do Ministério em termos de melhoramento da operacionalidade dos polícias, é que o Comando da Polícia do Príncipe não tem uma viatura e eu não vejo cá no orçamento verba dotada para a aquisição de uma viatura para o comando regional. A título de exemplo, já vi o comandante da polícia recorrer aos civis para emprestar viaturas para fazer operações policiais. Isto tem alguma consequência para o Governo, porque se se diz que o principal objectivo da polícia é manter a ordem pública e fortalecer a autoridade do Estado e um comandante da polícia QUE

recorre a um civil para emprestar viaturas para fazer as suas operações, quando essa pessoa tiver algum problema com a polícia, que força esse comandante vai ter para exercer a autoridade do Estado? Por isso, gostaria que o Ministério da Administração Interna, com alguma urgência, colocasse uma viatura ao serviço do Comando Regional da Polícia, porque não é razoável não ter uma única viatura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: — Bem, o Sr. Deputado sabe que já existe um contrato assinado para a construção de um comando regional no Príncipe, lá para os lados da estrada de Porto Real, junto ao Cemitério. Portanto, como Ministro, não concordei e a polícia também não concordou com a construção do comando distrital naquela zona.

Na visita que fizemos ao Príncipe, achamos por bem reabilitar o próprio edifício da polícia e criar condições para que a polícia regional esteja melhor instalada.

Este ano vamos iniciar a obra de reabilitação do actual comando com a verba disponível no orçamento, mas o valor total da obra está avaliado em cerca de 5 biliões de dobras. Portanto, quero garantir que vamos realmente iniciar as obras de reabilitação das instalações da polícia, e não só, vamos dotar aquele edifício de novas condições, principalmente, a construção de celas, a construção de refeitórios, reabilitação da casa onde vai residir o Comandante, sabem que o Comandante vive na caserna junto com os polícias e isso não dignifica o Comando Regional.

Em relação às viaturas, gostaria de dizer que no orçamento temos uma verba para a aquisição de viaturas e o Príncipe está nas nossas prioridades. Iremos comprar uma viatura para enviar ao Príncipe e não só, como outros meios também de locomoção, motorizadas para alguns técnicos.

A situação do Príncipe, em termos daquilo que é a autoridade do Estado, preocupa-nos, tendo em conta o índice de criminalidade no campo de violações que crescem dia-a-dia e as autoridades aí não têm dado respostas dignas a esse facto.

Não só a polícia nos preocupa como nos preocupa também o controlo dos estrangeiros que entram no Príncipe. Por isso, vamos também dotar o sector de Migração e Fronteiras de instalações próprias, no âmbito daquilo que é a nossa filosofia. Tendo em conta a dimensão da nossa região, não vamos construir um edifício para o Serviço de Migração e Fronteiras, mas as instalações que existem para a polícia dá-nos a possibilidade de transformar aquele edifício num edifício central de toda a força de serviços de segurança. Portanto, a nossa ideia é esta.

O que pretendemos é que as obras iniciem, não temos a certeza que elas possam acabar ainda este ano, mas penso que já há orientações precisas para esse facto.

É só para dizer ao Sr. Deputado que a Região Autónoma do Príncipe está no nosso horizonte com actividades mais urgentes neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Vice-Presidente, a Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria Das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, as minhas saudações.

Sr. Ministro, temos assistido e com muita frequência a questão dos incêndios que tomaram conta do País, há quem diga que é fogo posto, outros dizem que é acidental, mas o certo é que é algo que nos tem preocupado consideravelmente. Associada à questão dos incêndios, há também a questão das catástrofes. Vejo no orçamento do Ministério da Administração Interna verbas para a renovação do parque automóvel dos serviços de bombeiros, com as quais concordo, porque muita gente tem reclamado que, muitas vezes, por falta de meios, os bombeiros não chegam a tempo para ajudar a salvar a situação. Mas a minha preocupação prende-se com a fonte de financiamento, já que estão aqui o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Director do Orçamento. Vejo que no orçamento do Ministério da Administração Interna todas as outras fontes de financiamento parecem ser mais ou menos seguras. Todos sabemos que o orçamento é previsional, muitas vezes não se consegue mobilizar recursos suficientes e mesmo estando aqui plasmada a acção, pode não ser implementada.

Esta é uma das acções, Sr. Ministro, que o Governo devia tudo fazer para que ela se concretizasse, no sentido de ajudar a debelar a situação dos incêndios que um pouco por todo o País têm deflagrado casas e deixando famílias abandonadas.

A minha preocupação é ver que esta renovação do parque automóvel dos Serviços de Bombeiros que aparece na página 5 de 6 conta com um financiamento de uma empresa de petróleo. É uma fonte segura? Dá a garantia de recursos para que durante este exercício económico esta acção seja implementada. O Sr. Director do Orçamento nos poderá ajudar a ler isso. É a minha preocupação, porque vejo aqui financiamento de Taiwan, financiamento da União Europeia, financiamento de Angola, que parecem ser mais seguros. A ideia é se essa fonte de financiamento garante, de facto, que isso possa acontecer.

Outra questão, Sr. Ministro, como sabe, a onda de criminalidade está a tomar conta do País. Há agora novas formas de criminalidade, assaltos seguidos de violação, mesmo nas ruas, as pessoas são assaltadas, ao caminhar com telemóveis, vem um delinquente e as assalta, e mesmo nas compras. Quer

dizer, coisas que antes só víamos nos filmes, agora já começam a ser uma realidade em São Tomé e Príncipe.

Registei com agrado quando o Sr. Ministro fez referência à polícia de aproximação com o novo paradigma. A questão que se coloca é a capacidade, tendo em conta o número de polícias que existe. Este clima tem assolado o País, em todos os distritos tem-se registado esta onda de criminalidade, delinquentes que são multireincidentes, entram e saem da cadeia, por serem multireincidentes.

Que acções o Governo pensa em adoptar para reforçar a autoridade do Estado, na perspectiva de se debelar essa situação, tendo em conta o próprio desafio que o Governo tem no desenvolvimento do turismo e na promoção dos investimentos estrangeiros? E é necessário que se garanta uma certa tranquilidade aos que vêm, e não só, a nós que residimos neste país, para que sempre possamos caminhar sem qualquer complicação. Portanto, o que é que se pensa em fazer para reforçar a autoridade do Estado?

O Sr. Ministro falou da polícia de proximidade e a minha preocupação é, temos polícias suficientes para fazer essa polícia de aproximação, no sentido de se pôr cobro a esta situação? Que outras medidas adicionais, sobretudo, medidas de carácter preventivo, porque não podemos esperar que o crime seja cometido para depois tomarmos medidas dissuasoras. Temos é que pensar na prevenção, para evitar que coisas dessas aconteçam, quer ao nível de incêndios, prevenir e fazer campanhas para que as pessoas possam ter mais cuidado, no caso da questão de curtos-circuitos ou das velas deixadas acesas em casa. Portanto, temos que pensar em medidas de ordem preventiva, de modo a se poder debelar essa situação.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Agradeço a Sra. Deputada e Vice-Presidente Maria das Neves, por ter levantado esses problemas.

Eu diria que, quando entramos, fizemos uma avaliação do tipo de polícias que temos, neste momento. Infelizmente, temos polícias que não seguiram a evolução da própria sociedade e as formas de criminalidade que foram aparecendo na nossa sociedade, por isso não são capazes de dar resposta a essas novas formas de criminalidade. Infelizmente, ao longo dos anos, preparamos a polícia para a repressão, não para a prevenção. Não temos polícia com um nível de capacidade operacional, no âmbito daquilo que é a prevenção da criminalidade.

Outra questão é que infelizmente também não temos um trabalho de sensibilização junto à população, de forma a levar a população a colaborar naquilo que são as denúncias e as formas de criminalidade que vêm aparecendo, no âmbito daquilo que é a classe, e hoje a população sente-se vulnerável com essas novas formas de criminalidade.

Preocupam-nos essas formas de criminalidade que vão aparecendo, no caso de assalto por esticção, assalto seguido de violação. Temos visto que é uma realidade na nossa sociedade e é por isso que no orçamento aparece, no capítulo 2724, com o financiamento de Angola, «reforço da capacidade para manutenção da ordem pública». Portanto, o que é que essa verba vai nos permitir fazer? Primeiro, vai nos permitir admitir mais polícias; formar polícias no âmbito daquilo que é a prevenção. Não é só formar polícias para a ordem pública ou para a segurança pública, também formar polícias em diversas áreas de especialidade. Portanto, a criminalidade é uma forma geral do que são os actos criminais, que procedem da onda de criminalidade. Portanto, temos assaltos, temos violação e temos roubos por esticção. São formas novas que não conhecíamos na nossa sociedade. E para combatermos essa forma, criamos, a nível da própria polícia, gabinetes para os diferentes tipos de crimes. Portanto, cada estrutura vai ser preparada e formada para o combate a um tipo de crime e ocupar-se deste.

Ultimamente, fizemos um acordo com a República de Angola, que se disponibilizou em formar polícias, mas polícias virados para os tipos de crimes que temos na sociedade e para a prevenção, porque não podemos deixar as coisas acontecerem para depois prender as pessoas. Temos que prevenir e sensibilizar para que as coisas não aconteçam.

É por isso que, no âmbito da Polícia Nacional, ultimamente, lançamos um programa de sensibilização, vamos também no âmbito daquilo que a Sra. Deputada Maria das Neves levantou, portanto, não só em termos de violação, também pretendemos com o Instituto de Igualdade e Equidade de Género dotar o Gabinete de Violência Doméstica, que criamos, para nos permitir avaliar, porque falamos da violência doméstica e de muitas outras formas de criminalidade, mas não temos estruturas que possam estudar as causas dessa criminalidade. Portanto, já temos um diagnóstico feito sobre os tipos de crimes que vão acontecendo no País e constatamos que um dos maiores problemas que leva ao crescimento desses tipos de crimes é o consumo e o tráfico de drogas. Infelizmente, é um dos aspectos que cresce no País, no seu todo, e a Administração Interna e os Serviços de Migração e Fronteiras têm tido um papel muito importante no controlo dessas pessoas, mas o aeroporto não nos oferece garantia de vigilância e que a detenção seja feita logo à entrada.

Por isso, o que pretendemos é que a nível de outros ministérios encontrem formas de financiar o melhoramento dos serviços dos aeroportos, ou o melhoramento dos serviços de portos, que nos permitirá intervir de uma forma controlada e coordenada com as diferentes instituições. Da nossa parte, damos garantia de que faremos tudo para diminuir substancialmente a onda de criminalidade que existe e já

estamos a trabalhar nesse sentido. Não estamos muito visíveis, porque optamos por uma outra forma de acção que nos tem permitido também, como sabem, detectar alguns casos. Na onda de 27 assaltos que houve, já prendemos cerca de 16 autores. Portanto, os 16 autores já foram entregues aos Tribunais e estamos a fazer um trabalho de prevenção e de combate a esses tipos de crime.

Sinceramente, não tenho receio de dizer que até finais de 2015, temos a perspectiva de que essa onda de criminalidade baixe significativamente. Não podemos dizer que vamos eliminar, mas sim diminuir significativamente.

Por outro lado, em relação aos incêndios, temos o problema de negligência. A maior parte de incêndios é por negligência. Negligência das pessoas, falta de educação, falta de sensibilização e temos estado a promover, no âmbito dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, alguma acção que visa, primeiro, sensibilizar e educar as pessoas naquilo que são os incêndios que tem havido ultimamente. Constatado, no balanço que fizemos ultimamente dos incêndios havidos, que a maior parte é provocada pelos chamados fogões a carvão. As pessoas usam o fogão a carvão, que produz um calor elevado, portanto, as pessoas esquecem-se de que depois de usar devem molhar o fogão e a parte onde estava, de forma a prevenir o incêndio. Infelizmente esta acção da população não tem sido feita e temos estado a sofrer as consequências.

Com o orçamento que temos vamos criar também um programa de sensibilização, no âmbito da Protecção Civil e Bombeiros e pretendemos com essa acção diminuir os casos de incêndio que há no País.

Em relação ao parque automóvel, não vamos dizer que teremos os carros aqui em Junho ou em Julho, mas, de certeza, antes do mês de Agosto, teremos todos os carros que pretendemos para os bombeiros. Porque neste momento os bombeiros têm combatido os incêndios com cisternas, com mangueiras e motobombas, e isso não facilita o combate ao incêndio. Portanto, os carros já estão encomendados, o Sr. Ministro das Finanças depois pode reforçar aquilo que estou a dizer. Para além daqueles que vamos comprar, já há garantia de alguns países amigos de termos mais carros, portanto, com os carros que vamos receber, temos a intenção de criar o chamado corpo de bombeiros móveis. Vamos colocar bombeiros em vários locais, em vários bairros, onde achamos que são bairros de risco, bairros em que, em caso de incêndio, pode provocar outras situações. Portanto, vamos ter bombeiros móveis, partindo do princípio que vamos receber um número razoável de carros de bombeiros e, em vez de estarem nos quartéis, vão estar nos bairros a circular diariamente, de forma a evitar os incêndios que têm acontecido. Em suma, é esta a nossa programação para 2015.

Em relação a catástrofes, Sra. Deputada, sabe que estamos no âmbito dum programa de mudanças climáticas, um projecto da Direcção Geral do Ambiente. Criamos um Conselho Nacional de Prevenção e Avaliação de Riscos contra catástrofes. Este trabalho já está concluído, já há um mapeamento feito no âmbito das zonas vulneráveis a catástrofes.

Ultimamente, participamos, com a Direcção Geral do Ambiente, naquilo que é a protecção costeira da praia Malanza e temos outras acções em curso, como a Ribeira Funda, a própria conclusão das obras em Santa Catarina. No âmbito do projecto de mudanças climáticas, temos várias acções programadas para esse efeito. Estamos a trabalhar no sentido de prevenção das catástrofes. Infelizmente, ultimamente por causa das chuvas, achamos que as coisas pioraram em alguns aspectos, por isso, é preciso agirmos no âmbito desse projecto rapidamente.

O que me preocupa é a burocracia que geralmente o PNUD tem no âmbito daquilo que é a execução dos projectos. Submetemos vários projectos, mas levamos muito tempo para agir e ficamos à espera. Estamos a discutir com o PNUD também essa forma de resolução dos problemas rapidamente, porque não podemos estar à espera de financiamentos. Achamos que o valor estimado é X, o PNUD muitas vezes tem o valor disponível, mas acha que deve ter outros procedimentos. O dinheiro é dos doadores, mas o PNUD é que gere e temos que estar submetidos a essa forma de tratamento das coisas, com a qual não concordamos, mas infelizmente é isso e temos que aceitar.

Gostaria de garantir a Sra. Deputada Maria das Neves que, com a sua participação e sugestão, vamos de certeza melhorar o aspecto da acção da Polícia.

Para terminar, só queria dizer ao Sr. Presidente da 3.^a Comissão de que faremos tudo para combater a criminalidade em São Tomé e Príncipe, mas para isso a criminalidade não tem que ser uma acção só da Polícia. Muitas vezes os polícias têm problemas. A vontade de combater é tanta, mas muitas vezes as respostas não são imediatas. Tivemos vários casos, como por exemplo, no caso de violações, a Polícia muitas vezes não pode apresentar provas de violações. Essa busca de provas faz com que os próprios criminosos estejam na rua. Essa acção não depende da Polícia. A Polícia detecta, produz os autos e envia aos Tribunais. Portanto, compete aos tribunais exercer o seu papel. É isso que temos estado a fazer, melhorando cada vez mais naquilo que é o diálogo permanente com os Tribunais, para evitar esse tipo de coisas.

Já solicitámos ao Ministério Público a disponibilidade de um magistrado junto à Polícia, para trabalhar os autos que são produzidos pela Polícia, de forma a evitar que quando a Polícia envia os autores dos crimes aos Tribunais, o juiz não tenha aquela apreciação de ausência de provas. O magistrado junto à Polícia ajudará a produzir provas, para que quando a pessoa chega aos Tribunais, este já esteja munido de provas suficientes, para que o indivíduo não seja posto novamente na rua.

Portanto, este é o nosso objectivo, estamos a trabalhar nesse sentido, vamos tentar fazer o melhor do nosso lado, para combatermos a criminalidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é só para complementar aquilo que disse o Sr. Ministro da Administração Interna, sobre a renovação do parque automóvel. Esta renovação tem a fonte garantida, sim, aliás, a empresa petrolífera que afectou a componente social para essa acção já adiantou 50% e, como disse o Sr. Ministro, no máximo, em 45 a 60 dias, já teremos aqui os automóveis que foram requisitados. E depois, há também acções no sentido de adquirir outras viaturas, através da cooperação com países amigos, com vista a renovar todo o parque automóvel dos bombeiros.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia.

Sr. Presidente, antes de colocar a minha questão, gostaria que me esclarecesse uma dúvida. Não sei se o Ordenamento do Território está neste sector, para que eu possa colocar a minha questão. Se não estiver, posso aguardar.

Ok. Não está neste sector.

Sr. Ministro, vejo aqui com agrado, na página 42 de 48, que é o sector da sua tutela, fazer-se referência à reabilitação dos Comandos de Lembá e Caué e também da Região Autónoma do Príncipe. Penso que urge a reabilitação desses comandos, pelo estado de degradação que se verifica nesses comandos, mas quero pedir ao Governo, porque a alocação de verbas, no meu ponto de vista é bom, sim, mas há um processo, temos que ser rigorosos na questão de fiscalização. Se eu falo disso é por conhecimento de causa, porque tivemos a oportunidade, enquanto Deputados, de visitar o comando de Caué e, pelo estado de degradação, penso que os anteriores também já tinham feito uma alocação no valor de 2 biliões, como vem aqui no orçamento, mas esse valor que foi orçado na altura não correspondeu à reabilitação feita e hoje está-se a alocar a mesma verba. O que peço ao Governo é que, quando tiver que dar início a essas obras, exija de facto uma fiscalização forte e puna aqueles que não aplicam os recursos do Estado de acordo com o estabelecido.

Penso que, se tivermos luz verde para a reabilitação do Comando de Lembá, eu serei um dos fiscalizadores, para garantir de facto que os recursos do Estado programados sejam todos cumpridos, por um lado.

Por outro lado, gostaria de fazer uma proposta, porque estamos na especialidade e penso que o objectivo é este, para além da nossa análise geral, vejo ainda neste sector, 5459, «instalação de esquadras da Polícia Nacional em diferentes zonas», e gostaria de fazer uma advertência ao Sr. Ministro, em relação à esquadra de Santa Catarina. Como sabe, é a única vila do distrito e Santa Catarina e arredores tem quase a metade da população do distrito de Lembá. Penso que de facto uma atenção deverá ser dada não só em termos de instalação como do próprio pessoal, já que o Governo já anunciou o recrutamento de novas polícias. Se formos ver a estatística do distrito, aquela zona tem um elevado índice de criminalidade. A minha proposta, porque vejo aqui nesta rubrica 2,5 biliões de dobras, porque a questão de Porto Alegre está bem assente, está aqui 1 bilião, para a reabilitação, e penso que Santa Catarina precisa. Por isso, quero fazer a proposta. Desses 2,5 biliões que estão cá para as diferentes zonas do País que não sei quais, que se alocasse 200 ou 300 mil milhões de dobras para a questão urgente da esquadra de Santa Catarina. É esta a minha proposta em relação a isso e gostaria de pedir a indulgência do Sr. Ministro, se for possível ainda para este ano, dar esse valor que propus. Estou a fazer a proposta sem fazer os cálculos, mas como a verba aqui é de 2,5 biliões, que se veja ainda para este ano o que é possível fazer para manter essa esquadra em funções mínimas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, quanto à preocupação do Sr. Deputado, a rubrica 5459 «Instalação de esquadras da Polícia» implica a criação de novas esquadras, no entanto, de forma a ajudar, a solicitação feita pelo Sr. Deputado para a reabilitação da esquadra de Santa Catarina poderá também enquadrar-se nessas mesmas esquadras? Se não, temos que avançar com a proposta feita.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: — Sr. Presidente, em Santa Catarina, vamos construir uma esquadra nova. Temos o terreno, concedido pela Câmara Distrital de Lembá, e vamos avançar com a construção da esquadra.

Para além de Santa Catarina temos Ribeira Afonso. Temos que instalar uma esquadra em Ribeira Afonso, a pedido da população. Portanto, fomos lá e a população exige que a Polícia esteja presente em Ribeira Afonso. Já identificamos o espaço e vamos ter que introduzir uma esquadra naquela localidade.

Gostaria de dizer que Santa Catarina e Ribeira Afonso são prioridades para este ano. Temos que resolver o problema de instalação da Polícia, porque sabemos quais são os problemas que essas zonas têm estado a ter no âmbito daquilo que é a criminalidade. Não digo criminalidade na sua forma mais avançada, mas os chamados crimes comuns. Esses crimes comuns geralmente são por agressões ou outras formas de crimes, mas o que pretendemos é resolver esse problema.

Tínhamos um apartamento que foi reservado, em Santa Catarina, para a Polícia, mas quando visitamos Santa Catarina decidimos fechar aquele espaço, retirar a Polícia de onde estava, porque aquilo, para além de não dignificar a Polícia, é um local cuja higiene, sinceramente, não dá nem para os polícias nem para outras pessoas. Então decidimos fechar aquele espaço, tendo em conta onde está inserido, no meio da população, e muitas vezes o acesso dos polícias não se fazia de forma rápida e isso motivou a retirada dos polícias daquele local e começamos a fazer um tipo de policiamento de vigilância motorizada.

Para a Santa Catarina, para além da verba que está disponível, vamos iniciar a construção este ano. Como sabem, a lei estabelece certas regras para aquilo que é o lançamento e o início das obras, no âmbito daquilo que são obras para a polícia, militares e paramilitares e vamos ter que fazer o lançamento de concursos nesse âmbito.

Este ano vamos ter esquadras em Santa Catarina e Ribeira Afonso, mas precisamos instalar esquadras policiais em outras localidades. É por isso que aparecem verbas para esquadras em diferentes localidades. Temos Micoló, Santo Amaro, no Distrito de Lobata, é um distrito longo, como se diz; temos o Distrito de Mé-Zóchi que neste momento tem um comando e duas esquadras da Polícia, uma em Praia Melão e outra em Bombom. Essas duas esquadras também não têm condições de funcionamento, portanto, também precisamos reabilitar, inclusive, em Praia Melão, a Polícia funciona no edifício da Associação dos Pescadores e os pescadores já reclamam a desocupação desse edifício.

Repito, para este ano, a prioridade é Santa Catarina e Ribeira Afonso. Bombom, Praia Melão, Santo Amaro, já se fala na possibilidade de vermos a questão em outras localidades do País, mesmo no centro de Água Grande, temos um problema, porque apenas o Comando Distrital não chega para dar resposta a todos os problemas, então, teremos que colocar polícias em várias zonas e é com essas verbas que vamos iniciar a construção e a resolução de alguns problemas de esquadras no País.

Por último, é só para dizer que em relação à obra do Comando Distrital de Lembá, é um compromisso já assumido, portanto, já foi lançado o concurso, há uma empresa vencedora, temos um contrato assinado, em 10 de Outubro de 2014, já convidamos a empresa para iniciar as obras, portanto, temos que resolver o problema. Essa obra do Distrito de Lembá vai já iniciar, assim que o orçamento for aprovado e publicado. Tanto a obra de Lembá como a de Caué irão andar, por isso é que aparece aqui 2 biliões de obras, porque os orçamentos apresentados pelas empresas são de cerca de um bilião, novecentos milhões de obras e qualquer coisa. Portanto, cada comando tem a quantia que cobre a conclusão das obras. Agora, vamos ver se as empresas cumprem com aquilo que assinaram com o Estado.

Em relação à fiscalização, pode estar descansado que vamos fazer. Para além da fiscalização obrigatória da própria instituição responsável, a Polícia também vai fazer a fiscalização da sua obra, porque não vamos permitir que aconteçam coisas que aconteceram em Caué, por exemplo, há mais de 8 anos que aquela obra está em execução.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Sr. Ministro, já agora, significa dizer que há prioridade para Caué e Lembá para a construção, quero pessoalmente agradecer, mas então está a fazer referência à verba que está aqui no 0399, «Obras de reabilitação e instalação...», ou qual verba? Falou de 2 biliões, mas aqui parece que está dois biliões e meio.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Os dois biliões e meio são para a construção das esquadras.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Das esquadras? E para a construção?

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Reabilitação das esquadras que existem.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Mas o Sr. Ministro falou de construção de Santa Catarina e de Ribeira Afonso. O que estou a solicitar é se vai pegar na verba que está na rubrica 0399, que diz: obras de reabilitação e instalações. Não será isso? É que aqui está 3,5 biliões. São 2,5 e mais em baixo está 1 bilião, o que dá 3,5 biliões.

A outra verba de que falei, esquadras em diferentes zonas, são 2,5 biliões de obras. É com essa verba que vão fazer a construção?

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Construção em Santa Catarina e em Ribeira Afonso, sim.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— É daí onde estão 2,5 biliões? Ok, muito obrigado pelo esclarecimento.

O Sr. **Presidente**:— Com a explicação o Sr. Deputado retira a proposta?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, sim, o melhor para mim é a construção.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Colegas Deputadas e Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, senti-me um pouco ultrapassada, com a questão da Sra. Deputada Maria das Neves, mas vou falar um bocado, para sair daqui um pouco mais aliviada quanto à preocupação que tenho.

Em relação a essa questão de roubo no espaço rural, nas zonas agrícolas, que hoje tem servido de desmotivação para a continuidade desta área, sei que já houve o sistema de implementação da polícia local, ou seja, indicar alguém da localidade, do espaço rural, para colaborar directamente com a polícia, passando algumas informações e facilitando um pouco o trabalho da polícia distrital. Não sei como é que isso está, por isso, gostaria de saber mais, se esses polícias locais recebem algum subsídio ou se fazem o policiamento voluntariamente, tendo em conta que existe algumas localidades em que esse sistema funciona e noutras quase que não funciona, porque também não tem sido fácil juntamente com a população que muitas vezes intervém e agride essas pessoas. No entanto, nalgumas zonas funciona e gostaria também de dar a minha contribuição para que funcionasse melhor.

Talvez quando realizam a festa da Polícia ou outra actividade, enfim, que se criasse o sistema de premiar as localidades em que esses polícias locais fazem esse grande trabalho. É uma forma de motivá-los. Esse trabalho não tem sido fácil. A cada dia que passa o roubo nas zonas rurais ou nas empresas agrícolas tem estado a aumentar. Eu sou testemunha, vivo essa situação até hoje, portanto, gostaria que o Sr. Ministro dissesse alguma coisa com relação a esse assunto. O Sr. Ministro já falou que vão fazer melhor, mas com relação à polícia local, gostaria de ouvir alguma coisa.

Com relação aos Serviços de Migração e Fronteiras, assisti a uma crítica e não sei o que se pode fazer em relação a isso. Cheguei de Libreville, no meio daqueles passageiros todos, a senhora que ia recebendo os passaportes não estava uniformizada, e alguém disse logo: «É esta que é a agente da polícia? Como é possível? Só aqui em São Tomé é que se vê isso!» Portanto, só em termos de contribuição, seria bom que o Sr. Ministro fosse mais exigente com relação a essa situação. Porque logo que se chega e que se vê um polícia, tanto feminino como masculino, bem uniformizado, isso já dá algum respeito. É que as pessoas têm a tendência de minimizar e dizer que aqui é São Tomé. Nos outros países, quando descemos do avião, passamos por vários polícias, que até ficamos cansados de estar sempre a mostrar o passaporte, de estar sempre a mostrar o rosto, mas não acontece aqui em São Tomé. Sabemos que o espaço é pequeno, o aeroporto é pequeno, não facilita muito, mas seria bom que se fizesse um pouco mais, para que quando o passageiro chegue, tenha um pouco mais de respeito, de preocupação, «será que eu passo, será que não passo?». Nós que somos daqui já sabemos, mas aqueles que chegam precisam também estar assustados como nós quando vamos para outros países.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, quero também contribuir com a minha voz, pelo facto de o Governo ter atendido à preocupação dos moradores de Ribeira Afonso, concernente à construção e melhoramento das condições da esquadra policial.

Em Cantagalo, segundo o índice da criminalidade mensal avaliado por zonas, Ribeira Afonso realmente é a zona de maior conflito. Por isso, desde já, agradeço em nome da população de Ribeira Afonso essa modesta atitude do Governo, em melhorar as condições de policiamento em Ribeira Afonso.

Sr. Ministro, então, responda às preocupações da Sra. Deputada Alda Ramos.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Obrigado Sr. Presidente pelos seus agradecimentos, mas gostaria de dizer que é uma obrigação do Estado resolver esses problemas, quando nos afectam.

Em relação às preocupações da Sra. Deputada Alda Ramos, gostaria de dizer que o que encontramos é uma polícia local no âmbito daquilo que é o voluntariado, quer dizer, a boa vontade das pessoas em colaborar, mas a forma como eram vistos esses polícias locais não resolvia o problema. Por um lado, diria mesmo que nas localidades, muitas vezes, a forma de recrutamento ou de contacto do polícia local é incorrecta. Só para dizer que nem sequer a comunicação existe entre a polícia local, por exemplo, numa determinada comunidade e a própria polícia. Muitas vezes o polícia local tem que se deslocar por seu próprio meio para vir avisar a Polícia Nacional que há um caso na comunidade. Portanto, não há comunicação em nada.

Por outro lado, temos o problema de formação desses indivíduos que prestam serviço à Polícia de uma forma voluntária. O que colocamos no orçamento, numa primeira fase, é para formar e capacitar esses polícias. É por isso que aparece na verba 5806 «Formação e capacitação da polícia local». Portanto, essa

verba está destinada à formação e capacitação dos que já existem e também vamos tentar ver, no âmbito daquilo que é o orçamento da própria Polícia, um estímulo a esses polícias.

A Polícia não tem meios de comunicação e isso impede essa comunicação que deve existir entre os polícias. Não há uma rádio Motorola, aquilo que chamamos VHS, que é tão barato. O que é preciso é restabelecer as comunicações entre os diferentes agentes policiais.

A polícia local tem dado um grande contributo, mesmo com falta de atenção, falta de estímulo, e vamos continuar a apostar nela, mas com uma outra filosofia. Vamos dar condições a esses colaboradores da polícia nas suas comunidades; vamos tentar, no âmbito do orçamento, encontrar a forma de os apoiar em coisas simples como recargas telefónicas, e quando há casos concretos de denúncias e de acção desses polícias locais, vamos tentar encontrar uma forma de os estimular também pela acção desenvolvida. Mas só a polícia local não chega. O que é que pretendemos? Fizemos encontros com todos os presidentes das Camaras Distritais, sabemos que algumas Câmaras têm os chamados polícias camarários, mas estes polícias camarários não estão cobertos por lei. Portanto, o que pretendemos neste ano é criar uma lei ou elaborar uma proposta de lei, para dar cobertura legal aos chamados polícias camarários, e com funções específicas que nos ajudem a combater tais crimes rurais que a Sra. Deputada Alda Ramos mencionou. Portanto, só a Polícia, com os efectivos que temos neste momento, não pode garantir essa acção com a eficiência e a eficácia desejada.

Em suma, pretendemos reforçar a Polícia, capacitar os polícias locais e orientar as Câmaras naquilo que são as funções específicas dos polícias camarários e também permitir que esses polícias estejam cobertos por lei, porque já recebi queixas de várias pessoas de que não há nada que justifica a criação da polícia local. Portanto, é tudo isso que estamos a trabalhar nesse âmbito.

Quero aqui dizer à Sra. Deputada Alda Ramos que no orçamento existe 1 bilhão de dobras para o reforço da capacidade da polícia local.

Quanto à questão de Migração e Fronteiras, como sabe, a Migração tem funcionado com as dificuldades que tem. Portanto, os técnicos dos Serviços de Migração e Fronteiras quase não usam os uniformes por falta deles. É por isso que aparece aqui compra de fardamentos. É precisamente para a Migração e Fronteiras. São cerca de 2 biliões de dobras que vamos colocar à disposição para o efeito, mas para além dos uniformes, vamos poder dar mais dignidade aos próprios funcionários da Migração e Fronteiras, porque o País cresce no âmbito do turismo e precisamos ter colaboradores devidamente uniformizados e apresentáveis. Portanto, vamos ter que uniformizar todo o pessoal da Migração, tanto em São Tomé como na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador, para uma intervenção.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, bom dia.

Sr. Presidente, sinto-me quase ultrapassado pela Sra. Deputada Alda Ramos. No entanto, neste capítulo de Migração, queria apenas pedir ao Sr. Ministro que se dignificasse um pouco mais esses técnicos, porque sabemos que alguns deles, alguns oficiais, e são mesmo oficiais de alta patente, andam por aí de uma forma muito lastimosa. É bom que esse problema seja levantado, dada a importância do sector de Migração e Fronteiras no País.

A questão da polícia é também preocupante. Primeiro, gostaria de agradecer e depois felicitar o Sr. Ministro e toda a sua equipa pela forma como têm tomado posição relativamente a tudo que se tem dito sobre roubos, assaltos e outros tipos de crimes. Sabemos que o nosso país tornou-se um autêntico «*Txiloli*» nesta matéria.

Como efectivamente se preconiza a presença da Polícia em todas as áreas, é importante, mas o Sr. Ministro, lamentavelmente, se esqueceu de uma zona muito importante aqui na cidade capital, que é a zona de Budo-Budo/Potó-Potó. Particularmente nesta área que dá acesso ao Super Ckdo, tem havido muitos problemas. As pessoas são assaltadas à noite por falta de iluminação. As pessoas vão fazer as suas compras e quando saem são assaltadas e já tivemos o cuidado de pedir a intervenção da Polícia, parece que não existe a polícia local. Seria bom que naquela área também houvesse, não digo uma brigada, porque talvez seja pedir muito, mas que se desse a devida atenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: — Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Salvador que temos vontade de ter a Polícia em todos os locais, mas não temos essa capacidade. A vontade só não chega e se não dotarmos a Polícia de capacidade para estar em todos os locais, não combateremos esse tipo de coisas. Agora, o que queremos dizer é que é preciso que a Polícia esteja munida de capacidades para poder prevenir esse tipo de coisas, porque precisamos de aumentar o número de patrulhas policiais, presenças policiais regulares em determinadas localidades e para isso precisamos de viaturas de patrulhas, mesmo para as deslocações dos polícias, o que neste momento a Polícia não tem. É por isso que estamos a tentar com este orçamento criar essas condições, para que as patrulhas nocturnas sejam feitas, mas temos feito, mesmo com escassos meios, e temos tido bons resultados. Temos feito nas madrugadas, à

entrada da cidade, em alguns bairros, em alguns bailes nocturnos e temos tido bons resultados, mas é preciso aumentar mais a presença policial.

Já chamamos atenção aos proprietários de alguns centros comerciais para uma questão: contratam seguranças privadas para protegerem as suas instalações e não são capazes de também informar a Polícia sobre essas contratações. Já reunimos com as empresas privadas nesse capítulo, porque não basta só proteger a instalação do centro comercial, tem que proteger os clientes que vão a esses centros comerciais. Os polícias não podem estar atrás de cada cidadão, mas temos que fazer o trabalho preventivo e esse trabalho é ir aumentando a presença policial de forma regular. É isso que temos feito, mas por falta de capacidade não temos dado cobertura a todas as localidades.

Agora, a questão de polícias locais em Budo-Budo e Potó-Potó, temos. Há polícias locais em todas as localidades do País, mas a polícia local não é um polícia uniformizado, identificável e que está à vista de todos, mas é um polícia que colabora, naquilo que puder intervir, porque polícia local, no âmbito daquilo que é a lei, não pode prender nem intervir em alguns aspectos que são da competência exclusiva da própria Polícia. O polícia local só colabora e essa colaboração tem sido muito boa, tem dado bons resultados, é por isso que vamos apostar nos polícias locais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, podemos considerar esgotadas todas as questões?

Sr. Ministro, obrigado por ter vindo, fechamos o capítulo da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: — Sr. Presidente, eu é que agradeço a colaboração de todos os Srs. Deputados e espero que com a colaboração de todos e dos diferentes distritos, possamos ajudar a Polícia a combater a criminalidade.

O Sr. **Presidente**: — Declaro, então, encerrada esta reunião.

Eram 11 horas e 40 minutos.